

## Vidas comuns engendrando o horror na sociedade: A banalidade do mal sob análise na psicologia social



<https://doi.org/10.56238/medfocoexplconheci-025>

### Angela Regina Moreira Lopes de Souza

Bolsista do projeto de pesquisa. Acadêmica do Curso de Psicologia. Unipar/Campus de Francisco Beltrão/PR.

E-mail: [angelareginasouza6@gmail.com](mailto:angelareginasouza6@gmail.com)

### Daniela De Maman

Coordenadora do Projeto de pesquisa. Professora Adjunta na Unioeste - Campus de Francisco Beltrão/PR. Líder do Grupo de pesquisa COSMOS (Unioeste- Campus de Francisco Beltrão/PR) e membro participante do Grupo de estudos e pesquisa GECIBIO (Unioeste- Campus de Cascavel/PR).

E-mail: [danielademamam@gmail.com](mailto:danielademamam@gmail.com)

### RESUMO

A sistematização do conceito de banalidade do mal proposto por Hannah Arendt no livro *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal* (1963/1999), surge da necessidade de compreender o mal banal praticado pelo homem a partir da noção

filosófica e social deste mal estrutura da sociedade. Tal sistematização ocorre por meio da pesquisa qualitativa documental-bibliográfica na própria obra de Arendt (1993), assim como apoia-se em obras que abordam as perspectivas da psicologia social como linha identitária em relação ao compromisso social em torno da transformação social que rompe com práticas sociais que favoreçam a desigualdade, que pensa o ser social em movimento como produto e produtor de seu ambiente, de sua história que nega mecanismos de desumanização, que atuam na sociedade contemporânea sob concordância e normalidade redigindo modos de viver em consonância com diretrizes impostas por regimes totalitários sob o viés de projetos hegemônicos. As considerações estabelecidas pós estudo bibliográfico e análises estabelecidas apontam para contextos cotidianos em nosso país, na atualidade marcados pela forte presença de práticas sócio-políticas voltadas para a hierarquização, manutenção e banalização do mal banal no cotidiano atual.

**Palavras-chave:** Desumanização, banalidade do mal, segregação humana, racionalidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma vida sem pensamento é totalmente possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar sua própria essência - ela não é apenas sem sentido; mas não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos (ARENDRT, 1963).

O texto busca estabelecer correspondência entre as lógicas que perpassaram projetos de genocídio da Alemanha nazista e a produção de teorias de segregação no Brasil, tomando como ponto de partida o conceito do mal banal presente na obra *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal* (ARENDRT, 1963). A correspondência baseia-se na análise da produção de discursos e verdades, que corroboraram para as ações genocidas, assassinatos de milhões de pessoas e as perspectivas da psicologia social enquanto abordagem. A psicologia social crítica situa o saber psicológico em geral como uma forma de entender, guiar e regular a vida cotidiana, procurando



compreender e explicitar quais são os meios pelos quais uma "cultura psicológica" (Parker & Burman, 2008).

A cultura psicológica se vincula a processos de subjetivação que nos constituem nos dias de hoje, os quais têm ligação com estruturas de dominação atuais, que buscam estabelecer postulados para a manutenção de lugares de poder e exploração que corroboram para o genocídio de populações indesejáveis. A filósofa Hannah Arendt definiu durante a análise do julgamento em Jerusalém de Eichmann que o mal pode ser banalizado, ou seja a execução da maldade contra outro ser humano seja naturalizada, realizada de forma mecânica e sem nenhum constrangimento. Isso, ao analisar a atuação de oficiais nazistas, tomando como referência o julgamento de Karl Adolf Eichmann.

Neste momento é a situação que melhor nos define como sociedade. Há um descolamento total da ética, da humanidade ou da humanização em se tratando de determinados sujeitos, e determinados é a melhor expressão a se utilizar aqui. Há uma banalização da morte de jovens, negros e moradores de periferias. Sejam adultos ou crianças. Deve ser doloroso para as mães de crianças mortas de forma violenta, sejam por balas ou nos hospitais públicos, por exemplo, verem tamanha comoção em se tratando de animais, e poucas manifestações, em se tratando de humanos. A ideia que Arendt (1999) sinaliza aponta para entre as atitudes mais comuns, mas não menos brutais, a falta de amor, falta de fé, individualização cada vez crescente das relações, muitas desculpas, mas sempre o mesmo e anômalo comportamento de desumanização, decorrente do racismo incrustado na sociedade brasileira e em suas instituições.

Em contrapartida busca-se amparo reflexivo nas perspectivas da psicologia social como um meio para realizar transformações em nossa sociedade, além de uma forma de produção de conhecimento sobre o ser humano. Essa transformação social levaria as pessoas a romperem com práticas sociais que favoreçam a desigualdade e a questionarem a prática do mal a partir dos bons, dos comuns, dos normais, atuando como representantes sociais que mantêm a lógica estrutural da 'banalidade do mal' no contexto da contemporaneidade.

## 2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa é de cunho qualitativo documental-bibliográfica com o intuito de desvelar o olhar e síntese analítica de Arendt (1999) sobre a prática do mal banal tecendo diálogos sob o viés da psicologia social crítica por meio dos apontamentos de Mello e Patto (2008), Sawaia (1998) e Schwarcz (1993) sem, contudo, dispensar outros discursos referenciais balizadores para a análise e discussão.

A banalidade do mal é, para a filósofa, a mediocridade do não pensar, e não exatamente o desejo ou a premeditação do mal, personificado e alinhado ao sujeito demente ou demoníaco. Como postura política e histórica, e não ontológica, a banalidade do mal se instala por encontrar o espaço



institucional, criado pelo não pensar. Em Eichmann, Arendt via não alguém perverso ou doentio, sequer alguém antissemita ou raivoso, mas tão somente alguém que cumpre ordens, incapaz de pensar no que realmente fazia, mantendo o foco somente no cumprimento de ordens.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, com a ascensão do nazismo, tivemos inúmeros casos de migração e deportação de judeus. A função do exílio e deslocamento era conduzida por oficiais do partido nazista. Um deles era Karl Adolf Eichmann, responsável por ocupar funções na Seção de Assuntos Judaicos do Departamento de Segurança de Berlim.

Com o fim da guerra e a derrota da Alemanha, alguns funcionários do regime nazista foram perseguidos e acusados dos crimes que cometeram no período da guerra. Muitos deles fugiram com medo do julgamento. Eichmann, um dos principais colaboradores de Hitler, acusado pela morte de inúmeros judeus, fugiu para a Argentina. Ele foi encontrado e levado para Jerusalém, onde foi julgado e condenado à morte. Hannah, foi convidada para assistir o julgamento e escrever suas impressões sobre esse indivíduo.

Ela aceitou o convite e foi assistir ao julgamento, e todo o conteúdo escrito durante o julgamento deu origem ao livro “Eichmann em Jerusalém “. Durante todo o julgamento, Eichmann nunca se considerou culpado pelos crimes cometidos, sua justificativa era sempre que apenas cumpria ordens, seguindo as leis vigentes naquele período. Ele sempre dizia que seguia o certo, seguia o governo e as leis do estado, por isso acreditava em sua inocência.

Segundo Arendt (1999):

aquele segundo ponto: “inocente no sentido da acusação”. A acusação deixava implícito que ele não só agira conscientemente, coisa que ele não negava, como também agira por motivos baixos e plenamente consciente da natureza criminoso de seus feitos. Quanto aos motivos baixos, ele tinha certeza absoluta de que, no fundo de seu coração, não era aquilo que chamava de innerer Schweinehund, um bastardo imundo; e quanto à sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam — embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticoloso cuidado (p. 163).

Arendt (1999) acreditava que o problema de usar esse argumento como justificativa seria a ascensão a regimes totalitários e a banalização da razão e coerência do ser humano. Eichmann era obcecado por poder e ascensão social, faria qualquer coisa para ser reconhecido e ter sucesso, mas esse desejo de sucesso é o que levaria a praticar o mal. Era por essa razão que ele deveria ser punido. A racionalidade que Eichmann acreditava e usava não era uma racionalidade favorável para a coletividade. Essa racionalidade não era avaliativa e nem refletida no bem-estar comum.

Arendt (1999) buscava a compreensão da origem do nazismo, a partir das inquietações sobre os regimes totalitários. É possível combater a banalidade do mal? Arendt (1999) queria mostrar os dois lados da razão: aquela que possui lógica e reflexão e aquela em que sustenta o bem no próprio indivíduo, a razão que não é favorável para a coletividade, usada por Eichmann. Arendt (1999):



Isso, incidentalmente, nada tem a ver com a recém-nascida ideia de ‘culpa coletiva’, segundo a qual as pessoas são culpadas ou se sentem culpadas de coisas feitas em seu nome, mas não por elas — coisas de que não participaram e das quais não auferiram nenhum proveito. Em outras palavras, culpa e inocência diante da lei são de natureza objetiva, e mesmo que 8 milhões de alemães tivessem feito o que você fez, isso não seria desculpa para você .... E, assim como você apoiou e executou uma política de não partilhar a Terra com o povo judeu e com o povo de diversas outras nações — como se você e seus superiores tivessem o direito de determinar quem devia e quem não devia habitar o mundo —, consideramos que ninguém, isto é, nenhum membro da raça humana, haverá de querer partilhar a Terra com você. Esta é a razão, e a única razão, pela qual você deve morrer na forca.” (p.167).

Por essa razão que ela acreditava na liberdade do indivíduo para tomar outra decisão. Uma decisão fundamentada, advinda de reflexão, uma racionalidade que visa o interesse comum e o bem da coletividade. Essa racionalidade, mostraria para todos os requisitos, como deveria ser a compreensão e o conhecimento do ser humano. Como as pessoas deveriam pensar no estudo, na honestidade e na liberdade. Essa forma de pensamento seria uma maneira de combater os regimes totalitários e o mal banal. De acordo com Arendt (1999):

Otto Adolf, filho de Karl Adolf Eichmann e Maria, em solteira Schefferling, capturado num subúrbio de Buenos Aires na noite de 11 de maio de 1960, voou para Israel nove dias depois, foi levado a julgamento na Corte Distrital de Jerusalém em 11 de abril de 1961, objeto de cinco acusações: “entre outros”, cometera crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, durante todo o período do regime nazista e principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial. A Lei (de Punição) dos Nazistas e Colaboradores dos Nazistas, de 1950, sob a qual estava sendo julgado, previa que “uma pessoa que cometeu um desses [...] crimes [...] está sujeita à pena de morte”. A cada uma das acusações, Eichmann declarou-se: “Inocente, no sentido da acusação” (p. 17).

A falta de reflexão crítica sobre determinados assuntos gera a falta de compromisso ético em grandes proporções. É na banalização do que é antiético que deixamos o juízo de lado e seguimos a massa. Do ponto de vista da Psicologia social, pensando em uma análise, por mais que soubesse do assassinato de muitas pessoas, o membro do partido alemão só demonstrava competência para assimilar a experiência ao objetivo final de ser respeitado e promovido.

No entanto, o oficial em questão não era, exatamente, um ser humano imoral, que abdicou das leis para viver como bem entendeu. Eichmann era um homem de inteligência mediana, inteiramente apto a viver de acordo a lei e a ordem – e assim o fazia, aparentemente. Vivenciamos na época de grandes movimentos que estimulam o ódio contra grupos religiosos e étnicos. Esses grupos agem em nome de uma nação, ameaçando as instituições democráticas. Essa normalização de comportamentos prejudica a democracia, as organizações democráticas e a compreensão de cada indivíduo sobre o que é correto ou não.

Diante de destratos e violências físicas e verbais a que testemunhamos, e que certamente alguns leitores protagonizam, cotidianamente, em redes sociais e pelos jornais, não há como negar que daríamos farto material para a discussão da filósofa, nesses momentos críticos da eleição presidencial



brasileira. Ao extremismo não falta apenas alteridade - a capacidade de se colocar no lugar do outro -, mas falta o pensar. As posições políticas e históricas assumidas banalizam o bullying, a violência e a ação, sejam elas uma replicação de post, um compartilhamento de fake news ou a realização de comentários agressivos contra seus opositores políticos, que se sobrepõem a amizades, à família e a crenças religiosas.

Tais quais movimentos da manada, a horda faz fugir o pensamento, deixando o espaço necessário para que a banalização do mal se instale. Relatos de amizades desfeitas, grupos de família e de bairros em crise diante de posições políticas acirradas em que não há respeito, mas despeito, pelas posições contrárias, a proliferação do bullying, político, histórico, é farto material para a discussão central de Arendt.

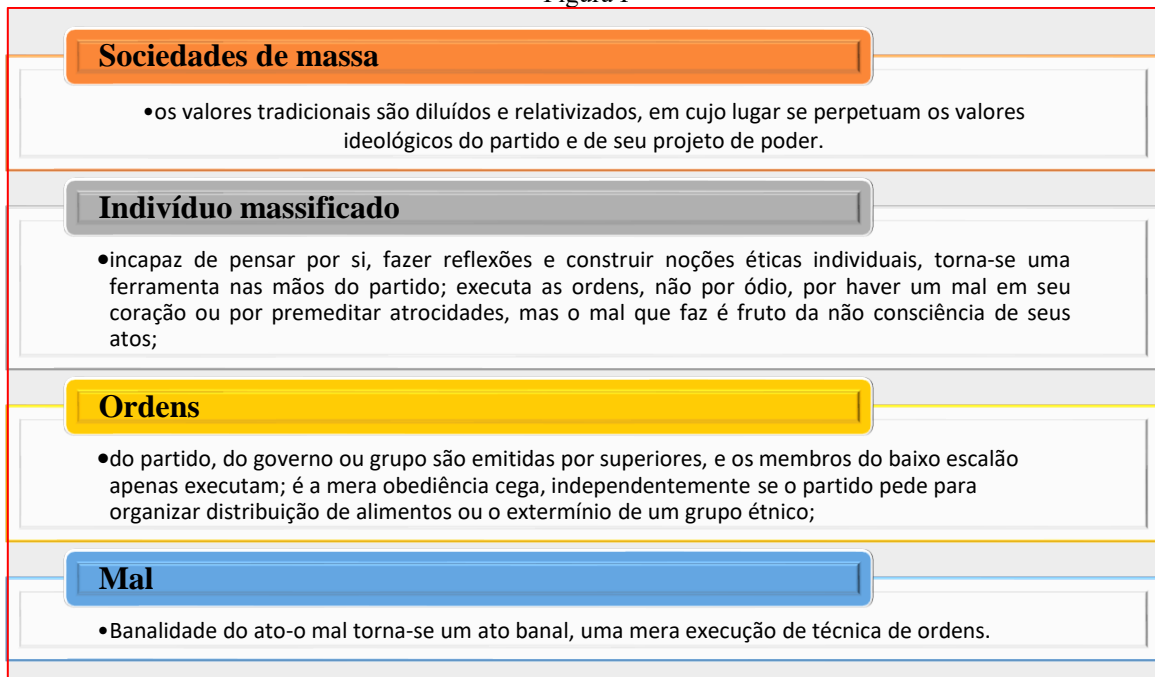
Embora a mídia tecnológica seja, de fato, pós-massiva, a massa continua sendo uma perspectiva de manipulação, inclusive e principalmente por ações acríticas, motivadas por consenso institucional: os exemplos de violência parecem ser regra nas relações entre eleitores, tal qual entre torcedores. A massa incapaz de pensar age, acéfala, não enxergando o mal que comete, socialmente. Mas ressentese, quando igualmente agredida, o que a impele a responder, com maior violência ainda. Cria-se o círculo vicioso da banalidade do mal.

Ainda que não se queira comparar os contextos utilizados pela filósofa e neste artigo, não há dúvida de que vivemos uma banalização da violência, por motivações políticas. Por sorte, eleições passam, e a maior parte dos eleitores esquece seu ardor de defesa, suas posições políticas inquebrantáveis, provando que a tese de Arendt tem sua aplicação: a mediocridade do não pensar não é ontológica, mas política é histórica.

Em sua reflexão, Hannah propõe que Eichmann era desprovido de um senso de pensamento crítico, no sentido de não questionar nada, apenas executar, e de não refletir sobre seus atos. Não havia embasamento em qualquer ética ou moralidade. Na figura I a seguir apontamentos conceituais atribuídos por Arendt (1999) para o mal banal:



Figura I



Fonte: Maman e Souza (2023).

A partir da figura é possível afirmar que a banalidade do mal se instala por encontrar o espaço institucional, criado pelo não pensar. Em Eichmann, Arendt (1999) via não alguém perverso ou doentio, sequer alguém antissemita ou raivoso, somente alguém que cumpre ordens, incapaz de pensar no que realmente fazia, mantendo o foco somente no cumprimento de ordens. A violência e a dominação social e política são conceitos relacionados ao processo descrito por Arendt, assim como o conceito de ética. Quando o indivíduo se afasta da responsabilidade e do domínio de suas atitudes, pensamentos e comportamento, ele deixa de realizar o exercício da reflexão, desconectando-se do sentido das coisas.

O campo ético é corrompido por essa visão limitada e empobrecida. Assim, está instalado o estado de Banalidade do mal proposto por Arendt (1993), no qual nem a violência nem a agressividade perturba a ordem social. Partindo desse pressuposto, Arendt (2012) busca compreender como a sociedade consegue se manter mesmo diante de situações caóticas, como foi o nazismo ou as grandes guerras. O mal é considerado assim não mais como algo surpreendente, fruto de mentes doentias, mas como um aspecto trivial da sociedade, onde os comuns o praticam. Não sendo nem tirania, nem ditadura, o totalitarismo se caracterizava pela busca da legalidade e uma legitimidade calcada no terror reinante, escolhendo não uma pessoa em si ou um grupo por si, mas sim uma ideia a ser perseguida.

No caso dos nazistas está a ideia de que os judeus, por serem gananciosos e corruptos, deveriam ser combatidos. No caso da União Soviética, a burguesia e o capitalismo que oprimiam o proletário, deveriam ser combatidos. O totalitarismo não tem apenas o uso da força em si como um elemento importante, mas também a aceitação de grande parcela da população. A massificação do povo, isto é,



a remoção de qualquer resquício de individualidade, autonomia e moralidade, é essencial à adesão ao regime totalitário.

Há na base de todo regime totalitário uma forte propaganda estatal que aliena e busca incutir na mente dos cidadãos as ideias do regime. O totalitarismo se coloca não a serviço do governante, mas sim de uma ideia superior, um destino supremo que aquele povo deve perseguir. O totalitarismo é o oposto de liberdade. O totalitarismo é o total oposto da ideia de liberdade porque busca mobilizar totalmente o indivíduo. De acordo com Arendt (1999):

Será que a natureza da atividade de pensar, o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja, o mal banal, como fruto do não-exercício do pensar? (p. 173).

Todas as forças físicas, psíquicas, emocionais e espirituais da pessoa são colocadas em favor do Estado e seu projeto. O indivíduo imerso nesta cultura já não detém a capacidade de pensar criticamente sobre o mundo nem sobre si mesmo, e torna-se assim massa de manobra. O totalitarismo, para Arendt (1993), nega o aspecto mais básico da vida humana que é sua própria individualidade e liberdade. Para Hannah Arendt, o totalitarismo exige o rompimento com a tradição, justamente para fazer sua ideologia prevalecer sobre ideias tradicionais de justiça, igualdade, legalidade e verdade. A figura II ilustra as nuances do totalitarismo:

Figura II



Fonte: Maman e Souza (2023).





Além disso, é próprio desses regimes criar um governo que anula os corpos médios da sociedade, justamente porque podem preservar essa tradição. Os corpos médios são: as igrejas; as famílias; as associações civis. Nada pode existir e pensar em favor próprio, tudo deve ser mobilizado em prol do Estado. Anula-se totalmente os espaços públicos e a noção de vida e propriedade privada. Nessas circunstâncias, para Arendt (2012), desapareceriam as relações de solidariedade e o indivíduo seria exposto ao estado que ela denominou desolação, ou seja, a experiência de não pertencimento à sua comunidade política, por meio da anulação total da condição de cidadão.

A noção de autoridade defendida por Arendt (1993) é apresentada como um desdobramento do termo *auctoritas* que deriva da raiz etimológica *augere*, que significa aumentar, desenvolver-se e depende da legitimidade do poder de preservar os autênticos valores humanos. Valores esses, ao mesmo tempo, pessoais e comunitários, sem os quais a vida perde seus alicerces fundamentais. Segundo Arendt (1999), o grande desgaste da autoridade teve sua origem no fenômeno totalitário, representado pelo fascismo e o comunismo, sobretudo nas versões nazista e stalinista. O fascismo e o socialismo, para a filósofa Arendt (2012), são diferentes facetas do fenômeno totalitário. Entenda cada um desses regimes. Nesses casos, o que houve de fato, foi o colapso total da autoridade que passou a ser inautenticamente exercida por meio do temor, da arbitrariedade e da violência, privando a sociedade do cultivo dos valores e das virtudes.

Sawaia (2014) vem direcionar a análise para a questão da ética para além do “deve ser”, compor a teoria (epistemologia) e a prática (agir), com a estrutura arquitetônica contribuindo para pensar sobre o que é sem cisões conceituais, ou mesmo vinculada a ideias reguladoras do pensar e discursos mobilizadores. A ética como uma postura dialógica, que discute, que propõe transformações conscientes, que se distancia de posturas maniqueístas, de concepções ilusórias sobre a comunidade ser o local mágico da ação transformadora. A ética se expressa como desejo, paixão por conhecimentos e mediada por estes num movimento recíproco de subjetividade da objetividade e objetividade da subjetividade.

A ética como um fenômeno imanente da singularidade elaborada em contexto histórico-político-social. É neste contexto que pensamos o psicossocial como eminentemente ético, onde a amarração indissociável, inseparável entre o homem com o homem. Em termos de considerar a ética como uma barreira de embate a implantação de regime totalitários Marx (2008) diz que o homem não escolhe ser ético, ser bom, escolhe ideias por alternativa, por necessidade e neste sentido entende que sentimentos não são pulsões naturais ou funções biológicas orgânicas, são representações sociais, ideológicas complexas, determinações singulares morais que emancipam o homem.

Nas palavras de Arendt (2007), o totalitarismo criou o mundo invertido dos valores e destruiu todos os elementos básicos que fundamentam a sociedade civilizada. Esse vácuo deixado pela autoridade autêntica baseado na tradição democrática, foi ocupado, na modernidade, pela ditadura da





técnica — que possui um forte poder de transformação -, destituído, porém, de uma reflexão ética que limite e modere o poder tecnocrático.

A normalização do mal atingiu proporções tais que é legítimo afirmar que mesmo individualmente há um problema sério ao nível ético. Era a isto que o Papa Emérito Bento XVI se referia quando mencionava a ‘ditadura do relativismo’. É na tolerância, na banalização, na relativização e na normalização daquilo que é assumidamente antiético que acreditamos residir o real problema da sociedade hodierna, ao nível político e empresarial.

Este fenómeno é gravíssimo por duas razões: em primeiro, porque é no espaço aberto pela dúvida ética que movimentos políticos e religiosos radicais encontram refúgio; em segundo, porque a ética não é apenas uma questão de consciência individual, mas também uma questão de sustentabilidade das organizações. O fenómeno só pode ser combatido através da exigência.

O sistema está eticamente corrompido porque na generalidade todos nós somos demasiado tolerantes em relação à ética praticada no seio da organização. Consequentemente, o sistema não tem capacidade para rejeitar pessoas pouco credíveis. A sensação generalizada de que políticos e gestores têm sistematicamente comprometido a ética em favor do politicamente correto, da necessidade de lucrar a curto prazo e a todo o custo, da ânsia de ganhar ao adversário ‘independentemente da verdade desportiva’, abre o espaço para movimentos radicais como o Syriza.

As pessoas não se reveem nos partidos e no sistema atual. Intuitivamente, a esmagadora maioria do eleitorado tem a noção clara de que algo não está bem. Qualquer proposta antissistema é apelativa independentemente da sua consistência e coerência. Estas propostas consistem muitas vezes em substituir um sistema por outro que nem sequer se apresenta como necessariamente ‘mais ético’. A atração pelo radicalismo político tem por isso uma razão de ser, a normalização do mal, e, acreditamos, uma solução. Tendo origem na tolerância ética, o radicalismo só poderá ser combatido pela intolerância relativamente a comportamentos éticos desviantes no seio da organização.

O sofrimento ou mal estar psicossocial é organizado por representações de sentimentos que se mostram rígidos (físico e mentalmente) que diminuem a potência do agir, que corrói o sistema de resistência social rompendo onexo entre o agir, pensar e sentir. O mal banal causa o sofrimento ou mal estar social, contudo, a psicologia social crítica orienta que é necessário transformar o pensar crítico em ação transformadora na coletividade no sentido do embate e do entendimento que este mal estar é mediação (de passagem) de outras mediações conjunturas estruturais, históricas e subjetivas. A psicologia da não violência (MELLO, PATTO, 2008) precisa estar confortável com sua atuação: teórica; reflexão prática-social; ética; subjetividade e intersubjetividade social para olhar e intervir com base na pluralidade dos viveres, procurando pela afetividade e a tolerância.

É curioso o que se passa relativamente a alguns escândalos políticos verificados recentemente em Portugal. Não colocando em causa o princípio da presunção da inocência, será que relativamente



a algumas pessoas não havia já indícios mais do que suficientes de uma gestão da vida pessoal e profissional pouco clara e verdadeira? O que é mais estranho nestes casos, é a extraordinária tolerância que por vezes existe no seio dos partidos relativamente a esses casos, privilegiando-se o processo em detrimento da verdade. Provavelmente o sentimento de pertença à organização do que uma convicção profunda de que a organização se pauta por comportamentos éticos. Na verdade, as pessoas tendem a ser tolerantes sempre que se encontram emocionalmente ligadas às organizações.

A ética já não é apenas uma questão de consciência individual, mas um imperativo de sustentabilidade das organizações e de desenvolvimento das sociedades. A única forma de preservar a democracia e a liberdade é diminuir a tolerância face a estes comportamentos. É não termos dúvidas perante o que é duvidoso. É deixarmos de ser complacentes e tentar acomodar o inaceitável, justificar o injustificável e exigir de quem nos lidera, na política e nas empresas, um padrão de comportamento para lá do duvidoso.

Para assegurar a ética nas organizações não é suficiente ter códigos de ética. Os códigos de ética, além de muito semelhantes entre si, podem ser vazios de significado se não forem vividos de forma verdadeira. Para que sejam vividos é necessário criar condições para que os comportamentos de normalização do antiético sejam questionados. Em vez de dar espaço a movimentos radicais que sustam posições perigosas antissistema, os eleitores devem exigir dos partidos uma intolerância em relação a membros que assumem comportamentos antiéticos, independentemente de estes consubstanciarem ou não crimes.

### 3 CONSIDERAÇÕES

É na banalização do que é antiético que surge os grandes movimentos antidemocráticos e totalitários ameaçam a democracia. A psicologia por meio de suas abordagens, situando-se num lugar de pensar sobre o fomentar de subjetividades não está em questão, no entanto, refletir a moral individualizada de Eichmann, senão para evidenciar que sua maneira de se apresentar é produto de uma sistemática maior, projetada para a desumanização de determinados grupos.

Arendt (1999) chegou à conclusão sobre o mal de Eichmann. O mal que ele praticava não era um mal demoníaco, mas era um mal constante que fazia parte da rotina dos oficiais nazistas como instrumento de trabalho. Ou seja, a banalidade do mal é um mal que virou comum de ser praticado.

Um pensar psicológico que se instaura diante destas reflexões aponta para a reflexão de como as práticas de genocídio não pertencem somente ao passado sendo a sombra reforçadas não só pelo Estado, mas por uma parcela da população privilegiada que não se concebe enquanto componente de uma lógica de opressão produzida para eliminar corpos concebidos como indesejáveis. A presença de Karl Adolf Eichmann em Jerusalém teve conteúdo simbólico para muito além de sua acusação



individual. “Não é um indivíduo que está no banco dos réus neste processo histórico, não é apenas o regime nazista, mas o antissemitismo ao longo de toda a história.

De acordo com a Corte da Casa de Justiça Israelense, o processo se baseia no sofrimento e devastação experienciados pelos judeus e não especificamente no que Eichmann fez. Sob essa perspectiva, apenas um tribunal judeu poderia fazer justiça aos judeus. A banalidade do mal pode ser engendrada por meio da manifestação do homem normal. Uma invenção contemporânea.

É aí que se compreende o mal banal, cotidiano, constante como resultado da opção por não pensar segundo uma racionalidade ética sucumbindo ao labor técnico, a alienação e a falta de comprometimento em prol do agir solidário voltado a democracia a igualdade de direitos. O mal banal está presente quando se é omissivo, conivente com processos de desumanização e passando a não reconhecer os outros como sujeitos históricos, com sentimentos. Arendt (1999) diz que se alimenta o mal banal sempre que se age/ignora a necessidade de reflexão ética facilitando a instauração de regimes totalitaristas/fascistas que instauram o medo, que restringem a participação popular, política, a liberdade de expressão que desconsideram a vida singular como direito inabalável de cada um. Esta forma de agir, pensar e sentir, de estar no mundo denota uma racionalidade ética advinda da reflexão, que aniquila o antissemitismo e os regimes totalitários e a banalidade do mal engendrada pelo homem contemporâneo cordial.



## REFERÊNCIAS

- Arendt, hannah. Origens do totalitarismo. São paulo: companhia das letras, 2012.
- Eichmann em jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução josé rubens siqueira. São paulo: companhia das letras, 1999.
- A condição humana. 10 ed. Rio de janeiro: forense universitária, 2007.
- A dignidade da política: ensaios e conferências. Rio de janeiro: relume-dumará, 1993.
- Mello, sylvia leser de; patto, maria helena souza. Psicologia da violência ou violência da psicologia? In: em debate • psicol. Usp 19 (4) • dez 2008.
- Schwarcz, l. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no brasil, 1870-1930. São paulo: companhia das letras, 1993.
- Sawaia, b. B. “a crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito” psicologia & sociedade; 10 (2): 117-136; jul./dez.1998.
- Marx, karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São paulo: boitempo editorial, 2008.
- Parker, i., & burman, e. Critical psychology: four theses and seven misconceptions. Hellenic journal of psychology, 5(1), 99-115. Retrieved july 19, 2008.